

Assembleia da República Gabinete do Presidente	
N.º de Entrada	311482
Classificação	0302
Data	09/05/14



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Por determinação de S.º S.º P.º A.º, à
Sra. Secretária da Mesa

09.05.14

[Handwritten signature]

- REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)
- PERGUNTA Número 2427 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
15/5/2009
O Secretário da Mesa <i>[Handwritten signature]</i>

Assunto: **Decisões tomadas pela Administração da TAP: titularização de receitas até 2016 e transferência do sistema de reservas**

Destinatário: **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP, na reunião realizada com o Ministro Mário Lino na Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, suscitou a questão relacionada com o contrato de titularização de receitas relativo às vendas de passagens da TAP que venham a ser realizadas até 2016.

A operação, firmada a 29 de Dezembro de 2006, terá permitido à transportadora uma entrada de 228,8 milhões de euros em tesouraria. Ficámos no entanto a saber que as responsabilidades da TAP na dívida de médio e longo prazo a instituições de crédito passam de 7,5 milhões de euros, em 2008, para 64,85 milhões de euros em 2009.

Ficámos a saber ainda que, a partir de 2010, o pagamento anual da TAP à sociedade financeira se mantém entre os 64 e os 67 milhões de euros. Não podemos escamotear as informação que dão conta que, entre Janeiro e Abril deste ano, a TAP transportou menos 2,7% de passageiros que no mesmo período de 2008, o que representa menos 70 mil bilhetes vendidos.

Em resposta ao PCP, o Governo afirmou, pela voz do Secretário de Estado Paulo Campos e do Ministro Mário Lino, que não sabia «nem tinha de saber» desta decisão, considerando este um «acto normal de gestão enquanto operação de financiamento».

Temos portanto uma medida da Administração da TAP que terá tido como resultado o aumento das dívidas de médio/longo prazo da companhia, para uma dimensão nove vezes superior à actual, e a primeira reacção do Governo é de considerar tudo normal.

O PCP levantou ainda a sua preocupação quanto à decisão anunciada da transferência do sistema de reservas, até aqui controlado pela TAP, para a Star Alliance. Esta medida levanta o problema do controlo e da supervisão – e da gestão da informação – relativamente a uma área de importância fulcral para o transporte aéreo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recordamos aliás o que foi, durante o Governo PS/Guterres, o processo da integração do sistema de reservas da TAP no quadro da Swissair. A reacção do Governo foi simplesmente de nada responder.

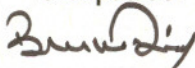
Estamos perante aspectos de importância decisiva para o futuro da TAP, que não podem deixar de ser esclarecidos pelo Governo.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo, através do **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, o seguinte:

1. Qual o custo total desta operação de titularização para os cofres da TAP?
2. Qual a percentagem dos bilhetes vendidos entre 2009 e 2016 que serão destinados a pagar esta dívida?
3. Qual o impacto previsível para a TAP, já este ano, em resultado deste negócio?
4. Confirma o Governo que este aumento na dívida a meio/longo prazo da TAP resulta deste contrato de titularização de receitas?
5. Em que medida esta operação de titularização de receitas representa uma efectiva deturpação do desempenho e da situação económico-financeira da TAP, nomeadamente neste período desde 2006?
6. Em que termos se está a proceder à transferência do sistema de reservas da TAP, e respectiva plataforma técnica, para o âmbito da Star Alliance?
7. Está ou não a TAP a perder a capacidade de supervisão e controlo efectivo sobre um serviço verdadeiramente estratégico para a companhia como é o das reservas?

Assembleia da República, 13 de Maio de 2009.

O Deputado:


Bruno Dias